



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ



PRÓ- REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

**Documento Base: Estratégias para
Fortalecimento da Educação
Profissional Integrada ao
Ensino Médio no Contexto da Lei
13.415/2017**

Prof. Dr. Claudio Alex Jorge da Rocha

Reitor

Profª Drª Elinilze Guedes Teodoro

Pro- Reitora de Ensino

Profª Drª Marta Coutinho Caetano

Diretora de Políticas Educacionais

Prof. Msc. Edivaldo Moura

Chefe do Departamento de Ensino Superior

Profª Msc. Gleice Izaura da Costa Oliveira

Chefe do Departamento de Educação Básica e Profissional

Jucinaldo de Freitas Ferreira

Chefe do Departamento de Legislação, Registros e Indicadores Educacionais

Profª Msc. Adalcilena Café

Coordenadora de Diversidades

Selma Sousa Costa Silva

Chefe do Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas

Prof. Msc. Márcio Wariss Monteiro

Chefe do Departamento de Educação à Distância

Elaboração

Gleice Izaure da Costa Oliveira, Pedagoga, MSC. em Educação, Chefe do Departamento de Educação Básica e Profissional.

Juliana Borges de Cantuária, Pedagoga e Advogada, Especialista em Gestão Escolar, Técnica em Assuntos Educacionais da Pro Reitoria de Ensino.

Talita Marques Mendes, Pedagoga e Licenciada Plena em Letras com Habilitação em Espanhol, Msc. em Educação e Doutoranda em Educação , Técnica em Assuntos Educacionais da Pro Reitoria de Ensino.

Elinilze Guedes Teodoro, Psicóloga, Mestre em Educação, Doutora em Educação, Pró-reitora de Ensino do IFPA.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A OFERTA DE CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADOS AO ENSINO TÉCNICO	8
2 . A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13.415/2017) E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO NO IFPA: LIMITES, RETROCESSOS E POSSIBILIDADES	9
3. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO	12
4. AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR	17
4.1 Temas Geradores	19
4.2 Organização do Currículo por Eixos Temáticos	21
4.3 Aprendizagem Baseada em Problemas (ABProb)	22
4.4 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABProj)	23
4.5 Organização curricular em Núcleos: uma experiência de Integração Curricular	25
4.6 Benefícios das Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem	28
4.7 O papel do professor	29
5. A GESTÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO NO IFPA	30
6. O TRABALHO DAS EQUIPES PEDAGÓGICAS: PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES	32
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

APRESENTAÇÃO

Em 16 de Fevereiro de 2017, no cenário educacional brasileiro, foi promulgada a Lei 13.415, que alterou a Lei Nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a lei Nº 11.494, de 20 de Junho de 2017, que Regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto –Lei Nº 5.452 , de 1º de maio de 1943; além de revogar a Lei Nº 11.161 de 5 de Agosto de 2015, que dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola.

Ao alterar o Art. 24 da LDB 9394/96, que trata da **organização da Educação Básica**, a Lei Nº 13.415/2017 propôs outra estrutura para o Ensino Médio, prevendo, além de mudanças na carga horária, a estruturação do currículo em Itinerários Formativos, (Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional). Na construção destes Itinerários Formativos, as disciplinas obrigatórias são Português, Matemática e Inglês e os conteúdos de cada área do conhecimento para construção dos Itinerários Formativos será a Base Nacional Comum Curricular(BNCC), ainda em tramitação para aprovação.

As prescrições da Lei 13.415/2017, ao transformarem a **Formação Técnica e Profissional** em um destes itinerários formativos, contrariam os princípios norteadores previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução Nº06, de 20/09/2012), destacados a seguir:

- Relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica

(EPT), na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

- Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- Interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Além de se contrapor ao que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Lei 13.415/2017, fragmenta os processos pedagógicos do Ensino Médio Integrado com o Ensino Técnico e prejudica a formação integral, concepção presente nestes cursos.

Desde a promulgação do Decreto Nº 5154, em 23 de Julho de 2004, e mesmo antes das instituições que compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, se transformarem em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológicas (CEFETS) e as Escolas Técnicas e Agrotécnicas se empenharam na construção de propostas pedagógicas integradas e ampliaram a oferta de cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Pelos motivos acima expostos, consideramos a proposta da Lei 13.415/2017 uma “*Contrarreforma*”, pois:

[...] guarda o mesmo espírito das políticas educacionais ocorridas no ensino médio brasileiro na ditadura varguista, na ditadura militar e nos anos 1990. Além de representar um conteúdo que tende a aprofundar as desigualdades escolares, a contrarreforma do ensino médio foi forjada por um grupo restrito de atores ligados fortemente aos interesses privatistas e mercantis. Ao contrário, portanto, das experiências vividas durante o governo democrático popular (2003-2015), caracterizado por políticas de inclusão social, que mesmo difusas, contaram com a participação de um conjunto mais ampliado da comunidade educacional. (FERREIRA, 2017, pág.294)

Para estudar as recomendações da legislação recém aprovada, os IF's organizaram eventos que aconteceram em julho e setembro de 2017, respectivamente, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional: a reforma do ensino médio e suas implicações para a educação profissional) e no Instituto Federal de Brasília (Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado).

Após estes eventos, **a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica adotou um posicionamento frente às determinações da Lei 13.415/2017: com base no Art. 4º, § 3º, que permite itinerários formativos integrados, fortalecer a oferta e as práticas pedagógicas dos cursos Técnicos Integrados com Ensino Médio em todas as unidades da Rede Federal.**

Este documento, que tem como objetivo mostrar quais estratégias iremos adotar no âmbito do IFPA está organizado em seis itens: o primeiro aborda a legislação que fundamenta o Ensino Médio Integrado com o Ensino Técnico; o segundo tem como proposição fazer uma análise dos artigos da Lei 13.415/2017 que tratam, especificamente, da Educação Profissional e dar orientações sobre como vamos proceder frente aos desdobramentos de tal lei; o terceiro tópico apresenta uma breve explanação acerca das concepções e princípios que orientam as propostas pedagógicas dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio; o quarto item apresenta algumas metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que se configuram como propostas e estratégias para facilitar a integração curricular entre a Formação Geral e a Formação Técnica nos cursos de Ensino Técnico integrados ao Ensino Médio; o quinto item trata da gestão deste processo; e o sexto apresenta recomendações e sugestões às Equipes Pedagógicas para nortear nossas ações nos campi frente a esta “*contrarreforma*”.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

- Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei 11.741, de 16 de Julho de 2008, altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Resolução Nº 020, de 05 de novembro de 2016, que estabelece os procedimentos para autorização de criação de cursos, aprovação, atualização ou aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
- Resolução Nº 041, de 21 de maio de 2015, que aprovou o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.
- Decreto Nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do Art.36 e os Art.39 a 41 da LEI 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece

as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.

- Resolução CNE/CEB Nº 04 de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- Resolução Nº 01 de 05 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio em Caráter experimental, observando o disposto no Art. 81 da Lei Nº9394/1996/LDB e nos termos do Art.19 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012.
- Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº13. 415/2017) E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO IFPA: LIMITES, RETROCESSOS E POSSIBILIDADES

Neste item, faremos uma análise dos artigos da Lei 13.415/2017 que influenciarão na organização pedagógica e curricular dos cursos que ofertamos no IFPA; e, ao realizar esta análise, apontaremos os limites e retrocessos que as proposições de tal lei promoverão no currículo dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e indicaremos as estratégias pedagógicas para superação dos potenciais desdobramentos desta lei.

A Lei 13.415/2017, ao separar o currículo por área de conhecimento e transformar essas áreas em itinerários formativos separados, retoma a lógica já superada imposta pelo Decreto Nº 2208/1997 e pelas Leis que anteriormente regulamentaram a educação nacional (Lei 4024/61, Lei 5692/71, Lei 7044/82), e contribuíram para acirrar a dualidade histórica nos currículos entre formação geral e formação para o trabalho.

Desde a promulgação do Decreto Nº 5154/2004 e da Lei 11.741¹, os IF's

¹ A Lei 11.741/2008 alterou dispositivos da LDB 9394/1996 e redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e

redimensionaram seus currículos na tentativa de superar a dicotomia formação/qualificação/certificação para o mundo do trabalho e formação geral, mudando o paradigma para uma educação integral, integrada e politécnica.

Diante das recomendações da Lei N° 13.415/2017, como alternativa para superarmos essa dicotomia e continuarmos com a oferta de um itinerário integrado, nos pautamos no Art. 36 desta lei, §3º que orienta “A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do Caput. ”

Além das prescrições contidas no art.36, o Art.35 elucida que o currículo poderá ser voltado para a formação integral do aluno; para a construção do seu projeto de vida; e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Ainda de acordo com o Art.35, § 2º, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio incluirá, obrigatoriamente, conteúdos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

A Lei 13.415/2017, ao fazer esta proposição, torna sem efeito a Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todos os anos do Ensino Médio, e a Instrução Normativa N° 01/2014, que, internamente, normatizou a inclusão destas duas disciplinas em todos os anos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, pois tínhamos cursos com duração de 4 (quatro anos). Diante desta mudança, para os currículos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio que forem atualizados ou criados a partir de 2018, temos as seguintes recomendações:

- Os componentes curriculares Sociologia e Filosofia continuarão sendo ofertados nos currículos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio como **disciplinas**, porém não será obrigatória a oferta em todos os anos do Ensino Médio. Estes dois componentes curriculares poderão ser agrupados e ofertados como uma única disciplina, disciplinas distintas, todas no mesmo ano ou em anos distintos, de acordo com o desenho de integração planejado para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio;
- De igual modo, os componentes curriculares de Artes, Educação Física e Espanhol estarão presentes nos currículos dos cursos Técnicos Integrados ao

Ensino Médio do IFPA, podendo adotar essa nomenclatura ou outra, de acordo com o desenho de integração planejado para o curso;

- Esclarece-se que todas as demais disciplinas do ensino médio podem ser sistematizadas em arranjos distintos, organizando-se por tema, privilegiando a formação do egresso e mantendo o mesmo nome das áreas disciplinares ou arranjos entre disciplinas, com exceção de Matemática e Língua Portuguesa que devem estar presentes nos três anos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

Os incisos I e II do § 6º, do Art. 36 recomendam que, a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

II – a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

O inciso I possibilita a certificação das experiências profissionais dos estudantes; no entanto, esclarece que ficará a critério dos sistemas de ensino organizar e estabelecer quais parâmetros serão utilizados nestes casos. Além disso, deve-se observar que esta recomendação ainda necessita de avaliação e recomendação do Conselho Nacional de Educação.

Já o inciso II remete à organização proposta no Decreto N°2208/1997, o qual possibilitava que os cursos técnicos fossem organizados em módulos com uma formação específica, e permitia que os estudantes fossem certificados caso concluíssem um módulo, saídas intermediárias dos estudantes com certificação, caso o(a) estudante concluíssem apenas um módulo. Nossas experiências com este modelo de certificação intermediária constataram que esta não permitia ao estudante uma formação que oportunizasse o exercício de uma profissão. Desta forma, não adotaremos esta recomendação, pois, para isso, temos a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

3. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

A concepção que alicerça a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio é permeada por uma política de formação que contempla a integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral; e que tem como objetivo contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1- Dimensões da Formação



Podemos destacar como princípios que norteiam a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, sobre os quais trataremos a seguir:

- O trabalho como princípio educativo;
- A pesquisa como fundamento da formação do educando;
- A interdisciplinaridade;
- A aprendizagem de conhecimentos significativos;
- A construção coletiva do conhecimento;
- A avaliação como processo.
- O respeito ao ser e aos saberes dos educandos;

- Consideração das condições geracionais de gênero e das relações étnico- raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

a. O trabalho como princípio educativo

O trabalho é um dos parâmetros da educação no país. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 205, que a educação deve visar à qualificação para o trabalho. A LDB 9394/96, em seu artigo 2º, apresenta mesmo objetivo. No entanto, não se deve considerar a educação apenas como uma preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Ambos os dispositivos também dispõem que o pleno desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania são outros dois pilares sob os quais a educação deve estar alicerçada. Assim sendo, quando se coloca a qualificação para o trabalho como um dos objetivos da educação, este objetivo não pode ser dissociado dos outros dois propósitos previstos para a formação educacional. Nesse sentido, a concepção de preparação para o trabalho assumida pelas propostas de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio supera a visão mecanicista de qualificação profissional/técnica, na qual o sujeito deve ser apenas treinado para o exercício de atividades de mera execução, pois, segundo os pressupostos assumidos pela educação integrada na atualidade, o educando deve ser preparado de forma crítica e consciente sobre seu papel na sociedade, o que ocorre por meio do seu trabalho.

b. A pesquisa como fundamento da formação do sujeito

A pesquisa e a extensão compõem uma das bases do trabalho pedagógico no IFPA, inclusive na educação básica. Tendo como cerne a educação profissional enquanto formação sob uma perspectiva integradora, é necessário que a teoria esteja em consonância com a prática, o que se concretiza por meio da pesquisa e da extensão. Assim, o aluno aprende também por meio do fazer, tomando como referência a realidade na qual está inserido, e dando o retorno acadêmico à comunidade. Nesta perspectiva, os educandos são incentivados a assumir uma postura não só de obtenção de conhecimentos técnicos para atuar profissionalmente no mercado, mas também de construção de uma consciência de responsabilidade social por meio do trabalho.

c. A aprendizagem de conhecimentos significativos

Os conhecimentos trabalhados nos cursos de educação profissional integrados ao ensino médio devem ser compreendidos dentro de um contexto sócio-histórico. A

formação básica e a formação técnica devem ser trabalhadas de forma integrada, proporcionando ao aluno a apreensão de conhecimentos e técnicas que lhe possibilite atuar social e profissionalmente de maneira consciente e coerente com sua realidade. A aprendizagem significativa se contrapõe à reprodução automática de conteúdos desconectados da realidade, na medida em que oportuniza ao sujeito tanto ter acesso ao conhecimento historicamente construído quanto elaborar novos conceitos para atuação em sua realidade concreta.

d. O respeito ao ser e aos saberes do educando.

A educação profissional integrada ao ensino médio deve não só considerar os conhecimentos prévios dos educandos, mas também valorizar a realidade sócio-cultural da qual eles advém. Esta postura implica em reconhecer que os alunos detêm conhecimentos que não podem ser excluídos do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que são sujeitos os quais, além de serem imbuídos de valores e experiências pessoais, também apresentam comportamentos que refletem contexto social e cultural específico. O respeito e a valorização do ser e dos saberes do educando podem ser trabalhados como ponto de convergência para a integração entre os vários conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso de educação profissional integrada ao ensino médio.

e. A construção coletiva do conhecimento

Por meio de práticas pedagógicas dialógicas e dialéticas, o processo educativo se torna mais interessante, tendo em vista que estas práticas incentivam a participação de todos na construção do conhecimento. Neste cenário, alunos e professores saem dos padrões historicamente construídos de “aqueles que aprendem” e “aqueles que ensinam”, respectivamente; e se posicionam como sujeitos que tanto têm o que aprender quanto o que ensinar, de maneira recíproca. Assim, todos passam a se responsabilizar pela construção do conhecimento, e este, por sua vez, deixa de ser visto apenas como um conteúdo estático, inquestionável, que deve ser apenas repassado e apreendido, passando a ser compreendido como passível de críticas, reflexões, reformulações.

f. Interdisciplinaridade

A integração da educação profissional com o ensino médio perpassa, necessariamente, pela interdisciplinaridade. Por meio deste instrumento, se evita a

compartimentalização do conhecimento, pois não se trabalha por disciplinas isoladas. Há várias formas de trabalhar com a interdisciplinaridade, especialmente, por meio das metodologias ativas, que serão tratadas posteriormente neste documento. O que tais metodologias têm em comum é a participação dos estudantes no processo de construção dos conhecimentos e a possibilidade de estabelecer uma relação interdisciplinar entre os conteúdos estudados. Considera-se, portanto, que, quando um fenômeno é estudado sob diversas óticas, se obtém uma percepção mais completa deste objeto, o que é possível pela interdisciplinaridade.

g. Avaliação como processo

Diante dos princípios anteriormente apresentados, a avaliação num curso de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio deve ser diagnóstica e formativa. A avaliação diagnóstica é importante, pois é necessário que o professor conheça os alunos, seus conhecimentos prévios e sua cultura, o que permite um planejamento do trabalho pedagógico mais adequado para aquele grupo específico. A avaliação formativa não tem como foco o condicionamento do aprendizado a índices previamente estipulados, como notas ou conceitos. Ao longo do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação vai tomando forma, oportunizando a visualização dos pontos fortes e daqueles que merecem mais atenção para que se alcance os objetivos pedagógicos propostos.

h. Consideração das condições geracionais de gênero e das relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais

As questões de gênero e as relações étnico-raciais devem ser consideradas no desenvolvimento do trabalho pedagógico integrado. Isto se dá em função das novas concepções de respeito e tolerância às diferenças, segundo as quais não há mais espaço para relações inflexíveis e hierarquizadas. A integração não se resume aos conteúdos do curso, mas diz respeito, também, às relações desenvolvidas entre aqueles que participam do processo de ensino-aprendizagem.

Além dos princípios acima mencionados, que permeiam o trabalho pedagógico da educação profissional integrada ao Ensino Médio, é necessário também refletir acerca de como pode ser superada a setorização do conhecimento trabalhado, o que ocorre por meio das disciplinas do curso, passando-se a considerar a construção de um currículo integrado.

Com a promulgação do Decreto Nº 5154/2004, o debate sobre como fazer a integração curricular teve como preocupação fundamental organizar a escola de modo a garantir a formação cidadã e a formação técnica. Como destacado por Ciavatta (2005), o termo integrar remete a um sentido de completude, de compreensão da unidade no diverso.

O currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente, para trabalhar a formação omnilateral, a qual considera todas as dimensões da vida no processo formativo, englobando o desenvolvimento da intelectualidade, do físico e do produtivo do sujeito. Esta formação pode, e deve, ser o objetivo primordial da educação profissional integrada ao ensino médio.

A legislação pertinente ao PROEJA aponta para o Currículo Integrado como base conceitual explicando que:

[...] o termo integrar ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade do diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...] Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, in BRASIL, 2009, p.40)

Acrescenta, também, que o que se pretende é:

[...] uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber – fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional (ibidem, p.41).

Nesse sentido, se faz necessário pensar em estratégias pedagógicas para concretizar esta integração da educação profissional com o ensino médio no IFPA.

4. AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Considerando a atual configuração do mundo do trabalho, a Educação Profissional e Tecnológica demanda uma aprendizagem significativa e contextualizada, com vistas a formar indivíduos que sejam não só bem preparados do ponto de vista técnico, mas também nos âmbitos da criatividade, da flexibilidade, da iniciativa, da ética e da comunicação, que são valores tidos como essenciais no atual contexto.

Em face dessa conjuntura, as Metodologias Ativas se colocam como um meio de aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem e de facilitação da reorganização e da integração curricular. Tais metodologias, tendo como fundamentação uma pedagogia problematizadora, têm como objetivos romper com modelo tradicional de ensino, propiciar uma aprendizagem significativa e promover uma formação para a autonomia; propondo que os educandos tenham uma postura ativa no decorrer de sua aprendizagem. Assim sendo, estas metodologias buscam identificar as limitações das técnicas tradicionais de ensino e superá-las.

A proposta problematizadora da educação parte do pressuposto de que resolução de problemas pode se configurar como um percurso para a construção de um saber significativo, no qual a aprendizagem se constitui como resultado do desafio posto por uma situação-problema.

Neste contexto, a aprendizagem se desenvolve como uma pesquisa através da qual o educando passa de uma visão global do problema a uma visão analítica; e, através de sua teorização, chega a uma síntese provisória. Esse processo de resolução de problemas exige a participação ativa tanto de professores quanto de alunos; e, ao culminar em um resultado construído por todos de forma participativa, se desdobra em uma aprendizagem que se mostra como realmente significativa para educando e educadores. Assim sendo, conforme podemos observar na Figura 2, as metodologias ativas são baseadas pelos seguintes princípios:

Figura 2- Princípios das Metodologias Ativas de Ensino²



As Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, ainda que tenham objetivos comuns, apresentam pressupostos tanto teóricos quanto metodológicos distintos, originando diferentes estratégias e alternativas para sua operacionalização e para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Inúmeras são as possibilidades de trabalho a partir dos pressupostos das metodologias ativas: Temas Geradores; Eixos Temáticos; Aprendizagem Baseada em Problemas; Aprendizagem Baseada em Projetos, entre outras. A escolha e a utilização das estratégias para a operacionalização das metodologias ativas devem ser pautadas pelas necessidades do grupo de estudantes, pelas preferências dos professores ou, ainda, segundo as recomendações das instituições de ensino.

Ao se partir do pressuposto de que a EPT deve favorecer a utilização de recursos diversos da inteligência e promover a construção de habilidades para o gerenciamento e a resolução de projetos e problemas no setor produtivo, pode-se considerar que esta educação deve se apropriar cada vez mais das metodologias ativas de ensino-aprendizagem, já que estas apresentam propostas de ação bastante favoráveis ao seu

² Figura extraída de: DIESEL, Aline; SANTOS BALDEZ, Alda Leila; NEUMANN MARTINS, Silvana. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 268-288, fev. 2017. ISSN 2177-2894. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295>>.

desenvolvimento por possibilitar a superação dos limites impostos pelos modelos tradicionais de ensino. Assim sendo, será feita, a seguir, uma breve apresentação de quatro propostas para a operacionalização das metodologias ativas em sala de aula: Temas Geradores, Eixos Temáticos, Aprendizagem Baseada em Problemas e Aprendizagem Baseada em Projetos.

4.1 Tema Gerador

A concepção do Tema Gerador parte do pressuposto de que uma educação humanizadora demanda um tratamento interdisciplinar do conhecimento, no qual se articule, de forma dialética, as experiências vivenciadas no cotidiano com a sistematização rigorosa do conhecimento, promovendo a troca de saberes em círculos de cultura.

A proposta de trabalho embasada por Temas Geradores pressupõe uma quebra dos paradigmas tradicionais, os quais, fundamentados nas concepções mecanicista e determinista do universo, convergem para a especialização científica e para a verticalização e fragmentação do conhecimento através de disciplinas.

A inovação da proposta dos Temas Geradores se encontra na proposição de uma metodologia que busca fomentar a construção de conhecimento, culminando na superação tanto das dualidades entre sujeito e objeto e entre sujeitos detentores de saber e sujeitos receptores de saber, quanto da fragmentação do conhecimento decorrente dos paradigmas tradicionais.

Esta proposta parte da experiência concreta do indivíduo, vivenciada em seu grupo/círculo de cultura e expressa, de forma verbal, em seu universo temático. Os temas mais significativos desse universo são selecionados e problematizados a partir da realidade, culminando na construção do novo conhecimento. Neste contexto, o Tema Gerador fomenta a troca de conhecimentos entre os sujeitos e a superação de uma visão de mundo baseada no senso comum rumo a uma consciência crítica da realidade sócio-histórica, gerando novos níveis de consciência da realidade problematizada.

O primeiro passo para o desenvolvimento da metodologia baseada em Temas Geradores é a pesquisa do vocabulário cotidiano do grupo com o qual se trabalha e dos

modos vidas dos educandos, buscando conhecer qual sua visão de mundo, seus saberes e as contradições sociais vivenciadas no cotidiano. Para a coleta de dados, devem ser utilizadas diversas estratégias: observação, escuta, análise documental (fichas de matrícula, questionários, dados estatísticos, atividades escritas com os alunos, fotos, vídeos). Este trabalho deve ser realizado por professores de diferentes áreas do conhecimento para que seja construída uma visão efetivamente interdisciplinar da realidade. Dessa forma, a interdisciplinaridade se faz presente desde o início do processo, não se configurando como uma mera justaposição de disciplinas isoladas.

Em seguida, deve ser feita a análise do material coletado e a pré-seleção das falas e fenômenos mais significativos sob a visão do professor e da comunidade. Neste processo, deve-se dar especial atenção às falas dos educandos e seus familiares que expressem o cotidiano da comunidade, seus conflitos e contradições e ao pensamento da coletividade.

Após esta pré-seleção, deve-se organizar Círculos de Investigação Temática, constituídos pela comunidade e por seus professores, para a realização de sua codificação, que se configura como o processo de apresentação dos temas considerados significativos à comunidade. Após a codificação, professores e comunidade escolar devem decodificar os temas, a fim de verificar se os mesmos são de fato significativos.

Realizados os processos de codificação e decodificação, passasse-se à escolha dos temas geradores. A escolha dos temas deve se pautar pelas características da universalidade, da atualidade e da ligação com a realidade. Além disso, esta escolha deve ser fundamentada a partir da perspectiva de todas as disciplinas do currículo escolar, promovendo a interdisciplinaridade. Assim sendo, cada área do conhecimento deve propor questionamentos embasados pelo tema gerador, o qual se desdobrará em subtemas. Nesse sentido, as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula devem partir do tema gerador e ser planejadas individual e coletivamente, de modo a propiciar a troca de experiências e saberes.

4.2 Eixos Temáticos

Um Eixo Temático pode ser compreendido como o cerne de um determinado tema sobre o qual se trabalha. Nesse sentido, os Eixos Temáticos são concebidos como grupos de tópicos que sustentam a orientação e o planejamento do trabalho a ser desenvolvido em sala de aula, assumindo a função de propor questões sobre o tema trabalhado e de articulá-lo com outros conteúdos. Assim sendo, os Eixos Temáticos se configuram como um guia para a delimitação dos conteúdos abrangidos pelo assunto principal e dos parâmetros a serem seguidos no desenvolvimento das atividades relacionadas a tal tema.

Cada Eixo Temático é composto por uma trama de temas que se desenovelam em inúmeros tópicos, os quais são compreendidos como a menor unidade de ensino a ser desenvolvida em aula. Partindo dos eixos temáticos delimitados, as áreas de conhecimento devem se articular de modo a propiciar uma aprendizagem interdisciplinar e, conseqüentemente, promover a construção de uma percepção pautada pela totalidade. Para isso, a escolha dos eixos temáticos deve ser pautada pela análise dos currículos e pelo aprofundamento das discussões sobre cada área do conhecimento e sobre as possibilidades de transversalidade.

No contexto do trabalho baseado por Eixos Temáticos, os conteúdos deixam de ser entendidos como um fim em si mesmo e assumem o papel de instrumento de reconstrução dos conhecimentos, superando a visão fragmentada da ciência e da realidade que se dissemina a partir da perspectiva compartimentalização dos saberes.

A proposta de trabalho a partir dos Eixos Temáticos fundamenta-se na interligação dos campos do conhecimento através dos temas transversais, constituindo um conjunto coeso de conteúdos, facilitando sua organização, problematização e encadeação; e permitindo uma abordagem crítica e contextualizada do conhecimento.

4.3 Aprendizagem Baseada em Problemas (ABProb)

A organização dos pressupostos da aprendizagem baseada em problemas como uma metodologia se deu a partir dos anos 1960, passando a ser adotada em diversas áreas do conhecimento: primeiramente, nas escolas de medicina e enfermagem e, em um segundo momento, em outras áreas, como administração, arquitetura, ciências da computação, ciências sociais, economia, engenharias e matemática.

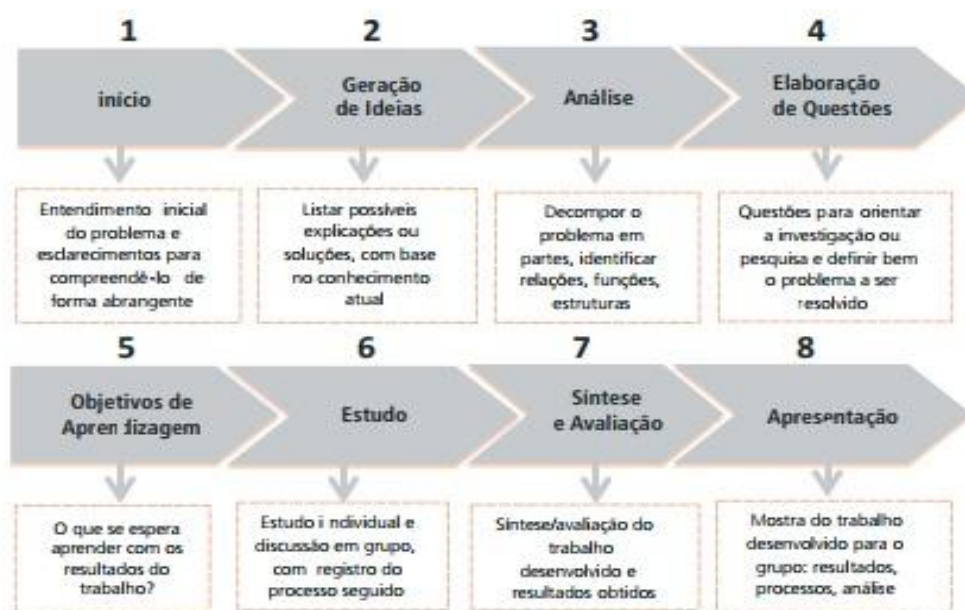
A metodologia da Aprendizagem baseada em Problemas tem como fundamento a utilização contextualizada de situações problemas para o desenvolvimento do aprendizado autodirigido, convertendo os problemas em base para a construção do conhecimento em um ambiente colaborativo.

Num contexto de aprendizagem baseada em problemas, a aquisição de conhecimento passa a estar centrada no educando, o qual deixa de ser um mero receptor de conteúdos e assume o papel de propulsor de seu aprendizado. Uma vez que, em cada passo da metodologia da ABProb, o educando pode participar de forma ativa de tarefas que fomentam a construção e a assimilação de conhecimentos, a ABProb distingue-se bastante dos métodos tradicionais de ensino, os quais se baseiam na transmissão e recepção passiva de conhecimentos.

Nesse sentido, a ABProb faz com que professores e educandos assumam funções diferentes das observadas no contexto dos métodos tradicionais. Em um ambiente pautado por metodologias ativas de aprendizagem, o educando passa a ser responsável por sua aprendizagem, devendo ter consciência de sua responsabilidade no processo de construção de saberes e conhecimentos, sem que isso signifique a desresponsabilização do professor. Em meio ao processo de aprendizagem baseada em problemas, o professor passa a intervir como orientador dos trabalhos e estudos desenvolvidos em grupos, de modo a propiciar uma interação mais intensa entre educador e educandos.

Para o desenvolvimento de atividades pautadas pelos pressupostos da ABProb, podem ser utilizadas diversas seqüências de trabalho, mas, em linhas gerais, podemos citar a seqüência abaixo apresentada:

Figura 3- etapas de execução da ABProb³



Como podemos observar, ao passo em que os educandos partem de um entendimento inicial acerca do problema, realizam as etapas de análise, síntese, avaliação e apresentação, há um envolvimento ativo na construção de conhecimentos, além da valorização de uma aprendizagem colaborativa.

4.4 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABProj)

No âmbito das metodologias ativas de ensino-aprendizagem, encontra-se a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABProj). Segundo os pressupostos dessa metodologia, são considerados projetos os empreendimentos que, nascendo a partir de um problema, de uma necessidade ou de um interesse, possuem objetivos pré-estabelecidos e tempo de duração definido; podendo ser categorizados como projetos de intervenção; projetos de desenvolvimento; projetos de pesquisa; projetos de ensino e/ou aprendizagem.

³ Figura retirada de: ARAÚJO, Ulisses F. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. ETD: educação temática digital, Campinas, v. 12, 2011. Número especial. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2279>. Acesso em: 05/11/2017.

Um dos principais fundamentos da ABProj indica que os projetos a serem trabalhados devem partir de situações reais, relacionadas ao ambiente e a vida dos educandos, sendo relativas ao objeto central do projeto posto em curso. Segundo tal metodologia, a aprendizagem passa a ser significativa quando os educandos percebem que os temas estudados estão relacionados aos seus interesses e objetivos: quanto mais envolvido o aluno estiver com os objetivos do projeto desenvolvido e quanto maior for sua participação no processo de aprendizagem, mais significativa esta aprendizagem será. Dessa forma, a ABProj visa à formação de sujeitos que tenham uma visão totalizadora da realidade e que estejam preparados para aprender ao longo da vida.

No contexto educacional, os projetos têm quatro fases: intenção, planejamento, execução e julgamento. Os projetos postos em curso por educandos requerem, necessariamente, o auxílio de professores, de modo a garantir o desenvolvimento de um processo contínuo de aquisição de conhecimentos.

Os Projetos de Aprendizagem desenvolvidos no contexto escolar podem ser classificados em: **Projeto Didático**, o qual busca explicar/desvelar princípios científicos e de funcionamento de objetos, sistemas, mecanismos; **Projeto Construtivo**, que tem como objetivo conceber algo novo ou propor uma resolução para algum problema, envolvendo a função da inventividade; e **Projeto Investigativo**, o qual visa desenvolver pesquisa sobre uma questão tendo como fundamento o método científico.

Para a realização de Projetos de Aprendizagem, devem ser observados alguns critérios, como a definição do número de alunos por grupo de trabalho; a delimitação da duração do projeto; e a escolha da temática a ser trabalhada, a qual deve ser selecionada tendo por base a negociação entre educandos e professores e considerando-se tanto os objetivos didático-pedagógicos quanto os interesses dos alunos. A escolha das temáticas deve buscar atender às necessidades impostas por situações reais, de modo que os estudantes visualizem a aplicação dos conhecimentos construídos na realidade.

4.5 Organização curricular em Núcleos: uma experiência de Integração Curricular

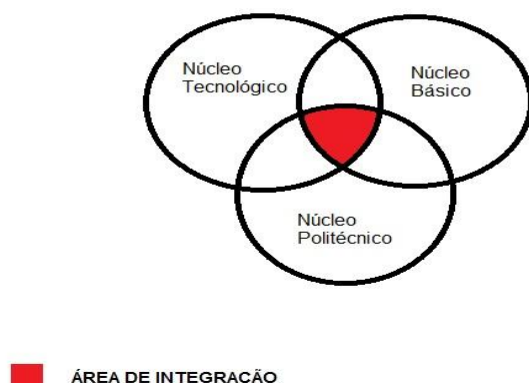
Com base nas metodologias ativas acima expostas, os currículos dos cursos de educação profissional integrados ao Ensino Médio podem apresentar organizações curriculares diversas, como por exemplo a organização curricular em núcleos.

De acordo com a Lei 13.415/2017, as disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio são Língua Portuguesa e Matemática, com a possibilidade de desenvolvimento dos conteúdos das outras disciplinas tracionais a partir de estudos e práticas. Entretanto, partindo de nossa concepção de fortalecimento e fomento de estratégias para integração curricular e tendo como base a relação entre as áreas do conhecimento, as disciplinas podem ser organizadas em Núcleos, incluindo nestes núcleos tanto as disciplinas de formação geral quanto as disciplinas de formação técnica, respeitando os mínimos de Carga Horária estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para esta formação.

Para ilustrar a concepção de desenho curricular integrado para os cursos técnicos baseada na proposta de Núcleos, apresentamos os pontos principais da proposta do Instituto Federal Farroupilha, que, com base nas recomendações prescritas na Resolução Nº 06 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e, no Capítulo II, orienta a organização curricular em três eixos tecnológicos identificados como: matriz tecnológica, núcleo politécnico e conhecimentos vinculados à Educação Básica das áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, organizou o desenho curricular em três Núcleos apresentados na Figura 5:

Figura 4- Organização Curricular em Núcleos dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Farroupilha

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS EM NÚCLEOS



Considerando as recomendações da Resolução Nº 06/2012, o Núcleo Tecnológico é o espaço da organização curricular no qual se concentram as disciplinas que tratam dos conhecimentos e das habilidades inerentes/específicas à formação técnica, às quais têm maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso. Este núcleo aborda os conhecimentos necessários para os domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, dos fundamentos instrumentais de cada habilitação, e dos fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional. (SOBRINHO, 2017, p.134)

O Núcleo Básico é o espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, das áreas de linguagens e seus códigos, de ciências humanas, de matemática e de ciências da natureza, as quais têm como objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva e a autonomia intelectual, contribuindo para a constituição de sujeitos pensantes e capazes de dialogar com os diferentes conceitos (SOBRINHO, 2017, p.134)

O Núcleo Politécnico tem o objetivo de ser o elo entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, se configurando como o espaço na organização curricular que garante a

integração entre as disciplinas e os conteúdos da Formação Básica e da Formação Tecnológica. É neste núcleo que serão previstas as principais formas de integração do currículo, além das disciplinas estratégicas para promover essa integração. (SOBRINHO, 2017, p. 134-145)

Após a definição das disciplinas que comporiam os núcleos, com base nas ementas dos Planos de Curso, eram selecionados os conteúdos que contemplassem o princípio de cada núcleo, conforme demonstrado na Figura 6:

Figura 5- Ementas com os conteúdos selecionados de acordo com os princípios dos Núcleos Básico, Tecnológico e Politécnico.

Quadro 1

COMPONENTE CURRICULAR	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E SEGURANÇA NO TRABALHO
EMENTA: Manuseio e manutenção de ferramentas, elementos de fixação (anéis elásticos, pregos, parafusos, rebites, abraçadeiras), mecânicos, transmissão por engrenagens, transmissão por correias, lubrificantes, chaves, trena laser, nível laser, acabadoras de superfície, alisadoras, régua vibratória, paquímetros, ferramentas elétricas, ferramentas de corte, equipamentos de grande porte, elevadores e guias. Higiene, condições do ambiente de trabalho, medicina do trabalho e controle médico, riscos, segurança e programas educativos. CIPA, SESMT, EPs, EPCs, medidas de proteção, insalubridade, periculosidade e ergonomia. Ênfase tecnológica: Normas técnicas (Segurança no trabalho); Ferramentas, máquinas e equipamentos (Manuseio e aplicação), Organização do canteiro de obras. Áreas de integração: GERENCIAMENTO AMBIENTAL (sistemas de gestão ambiental, poluição); MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS (utilização na prática de máquinas, equipamentos e ferramentas bem como normas de segurança no trabalho); QUÍMICA (funções e reações químicas); BIOLOGIA (poluição, higiene, tecidos, processos de troca entre o células e o meio, micro-organismos, fisiologia e anatomia, ecologia geral, zoologia); FÍSICA (dissipação de energias e sistemas mecânicos, conceito de viscosidade associada a lubrificantes, Dinâmica em , máquinas e equipamentos, noções sobre força de cisalhamento); GEOGRAFIA (escalas geográfica e representação cartográfica, localização e orientação.); FILOSOFIA (deontologia /ética profissional, contratualismo: Rousseau, Hobbes, Montesquieu, Pólis: Aristóteles, Platão, Sócrates) SOCIOLOGIA (trabalho, saúde, responsabilidade social, meio ambiente)	

Fonte: Sobrinho (2017, p. 124)

A área de integração destacada em vermelho na **Figura 5** é o espaço do currículo onde estão delineados os conhecimentos dos três núcleos, que podem ser trabalhados interdisciplinarmente na prática pedagógica. Tais conteúdos são constituídos numa construção dialógica entre docentes da área técnica e da formação básica, na qual estes expõem seus conhecimentos específicos da área de formação para os demais e revelam as áreas de integração com este componente. (SOBRINHO, 2017, p.127)

Após a seleção e organização das disciplinas e dos conteúdos nos Planos Pedagógicos de Curso, a integração e interdisciplinaridade na Prática Pedagógica se materializam a partir das metodologias e ações de ensino indicadas a seguir:

- Projeto Integrador;
- Práticas Profissionais Integradas;
- Atividades Complementares;
- Núcleos de Pesquisa;
- Atividades de Extensão;
- Visitas Técnicas.

4.6 Benefícios das Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem

Conforme pudemos observar ao longo do que foi brevemente explanado neste tópico, quando utilizamos as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, os educandos passam a interagir com os conteúdos que estão sendo estudados, ao invés de apenas recebê-los dos professores.

Inúmeros são os benefícios da utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O primeiro que podemos citar é o fomento da autonomia do educando. O desenvolvimento da autonomia dos educandos é um dos pontos centrais dos processos de ensino-aprendizagem trabalhados a partir das metodologias ativas, já que o estudante participa de maneira ativa na construção de seu conhecimento.

Outro ponto positivo que podemos destacar como desdobramento da utilização das metodologias ativas é a maior integração entre teoria e prática. Essa integração possibilita que os educandos tenham uma formação mais sólida, efetiva, além de propiciar a compreensão da realidade a partir da perspectiva da totalidade.

A construção de uma visão crítica e totalizadora da realidade, com base na interdisciplinaridade, promove uma maior abstração dos conteúdos trabalhados em sala de aula, auxiliando em sua compreensão e fixação, já que tais conteúdos, por estarem relacionados à realidade, passam a ser mais significativos.

Nesse sentido, a utilização das metodologias ativas de ensino aprendizagem não só levam o estudante a realizar avanços no âmbito da assimilação e da construção de conhecimentos, mas também promove o desenvolvimento do pensamento crítico,

conduzindo os estudantes ao pensamento reflexivo e a discussões mais aprofundadas dos conteúdos abordados. A partir disso, os educandos passam a aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos estudos em situações práticas de forma mais eficiente.

A utilização das metodologias ativas está proposta, então, como metodologias que permitirão integração de conteúdos e práticas docentes em nossos cursos, levando à otimização da carga horária e à diminuição da sobrecarga de disciplinas nos cursos integrados. Além disso, recomenda-se a oferta de 20% da carga horária do curso de modo EAD, conforme os formatos descritos na Instrução Normativa Nº003/2016, que regulamenta os procedimentos para a inclusão de disciplinas ofertadas à distancia em cursos presenciais técnicos de nível médio e superiores de graduação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

4.7 O papel do professor

A Educação Profissional apresenta uma conjuntura bastante favorável à utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem nas diferentes áreas de formação, pois inúmeros são os momentos desenvolvidos na EPT que propiciam a participação ativa dos estudantes, como por exemplo: aulas de laboratório; tarefas e trabalhos em grupo dentro e fora da escola; oficinas; visitas técnicas etc.

Entretanto, primeiramente, ao se adotar as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem no ambiente escolar, faz-se necessário a operacionalização de mudanças atitudinais tanto de educadores quanto de educandos.

No contexto de utilização de Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, o professor deve atuar como facilitador e supervisor do processo de aprendizagem, já que, nessa concepção, deixa de ser visto como única fonte de conhecimento. Nesse sentido, além de desenvolver estratégias que auxiliem na obtenção dos benefícios possíveis a partir das Metodologias Ativas, o professor também deve desenvolver uma postura ativa face ao conhecimento, investindo em novos estudos e informações, bem como em novas e diversas formas de ensinar, de modo que seus planos de aula sejam sempre inovados e suas aulas não se tornem automáticas e rotineiras, evitando que seu trabalho assuma um caráter passivo.

Assim sendo, faz-se necessário compromisso dos docentes com sua capacitação de modo continuado e das equipes técnica e pedagógica para a utilização de novos métodos e para a reorganização de tempos e espaços escolares para a aplicação de novas metodologias.

5. A GESTÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO COM ENSINO TÉCNICO NO IFPA

A gestão escolar para a forma integrada exige uma reorientação política de gestores educacionais, tanto na esfera federal quanto na estadual, bem como novos direcionamentos das escolhas da instituição escolar, de sua equipe gestora e, finalmente, do professor: de seu olhar, postura e das suas ações (compromisso ético-político). E por que a gestão de currículos integrados requer tal postura política? Porque se, ao se criar os Institutos Federais, pretendia-se uma nova institucionalidade para a Educação Profissional, uma vez que o legado jurídico e social de tais instituições se define nas bases da integração.

As práticas de gestão que favorecem a integração curricular e social entre a comunidade acadêmica; e, além disso, são capazes de gerar impactos significativos no desempenho escolar. E quanto a isso recomendamos o estudo do texto de Leite e Hipolyto (2011). A gestão de currículos integrados, pois, requer que os princípios definidos nesse documento repercutam nas relações:

- Entre os gestores e estes e a comunidade escolar (professores, alunos, famílias);
- Entre professores;
- Entre Professores e alunos;
- Entre Escola e comunidade;
- Entre Escola e famílias dos alunos.

Cabe ressaltar que todas essas mudanças devem ser realizadas com o suporte de infraestrutura escolar necessária e financiamentos específicos.

Desta forma, as práticas de gestão do ensino e de gestão institucional devem se assentar no diálogo, nas estruturas colegiadas de decisão; bem como adotar metodologias de envolvimento e comprometimento profissional, partindo dos titulares das funções e expandindo-se para cada servidor da unidade.

A percepção da integração curricular dá-se em processos mediados pelas relações sociais e, talvez, resida aí sua maior dificuldade. A disponibilidade para construções sociais coletivas. Para tanto, são recomendadas algumas metodologias:

- Adoção de um período coletivo de reunião, definido no horário semanal, para docentes que atuam num mesmo curso;
- Semanas pedagógicas planejadas com ações formativas e momentos de construção de possibilidades integradas no âmbito dos cursos, utilizando metodologias próprias;
- Planejamento e valorização de oportunidades de formação continuada quanto a metodologias integradoras e suas possibilidades ao longo do ano;
- Adoção da prática de reuniões regulares para apreciação e acompanhamento das ações integradas no âmbito do curso;
- Distribuição igualitária da autonomia entre o corpo administrativo, buscando fugir de um ambiente autoritário;
- Prática da socialização das boas práticas de integração, seja nos encontros e formações seja nos canais de comunicação virtual do campus;
- Desenvolvimento de metodologias de envolvimento discente com o planejamento do curso, das disciplinas e com as práticas de integração, visando aumentar a satisfação e a participação dos educandos;
- Planejamento de avaliação integrada nos Cursos Técnicos na forma Integrada, por área do ensino médio ou por eixos temáticos do curso, diminuindo, assim, a quantidade de provas e avaliações realizadas pelo aluno;

- Adoção de conselho de classe, que possibilita práticas de avaliação integrada do aluno;
- Adoção e valorização das metodologias de envolvimento familiar com a proposta educacional e com as práticas docentes, visando fortalecer o desempenho acadêmico;
- Investimento nos relacionamentos sociais dentro dos cursos e entre os mesmos, visando favorecer a descoberta de novas possibilidades de integração.

Essas são algumas proposições que devem concorrer para a intensificação do envolvimento de todos os sujeitos do processo formativo, com as práticas e os planejamentos de seu curso favorecendo a execução do currículo integrado no âmbito do IFPA.

6. O Trabalho das Equipes Pedagógicas na Gestão da Educação Profissional Integrada com Ensino Médio

As atribuições dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais estão prescritas na Resolução Nº 157/2016, e entre estas destacamos as que tratam do Planejamento de Ensino.

Do Art. 2º, que trata das atribuições dos Pedagogos, destacamos os itens indicados abaixo:

II- Acompanhar a implantação de políticas públicas educacionais no âmbito do IFPA.

XII- Orientar Coordenações de Curso e Corpo Docente quanto ao processo ensino aprendizagem no que tange as dimensões do Planejamento; do Currículo, da Didática, da Avaliação da Aprendizagem; da formação docente, da inclusão; dos direitos humanos; do trabalho, ciência, cultura e diversidade; das políticas públicas educacionais e da legislação educacional.

XXVI – Orientar os professores de forma a adequar seu trabalho aos

objetivos da instituição e aos fins da educação.

XXVIII – Orientar a aplicação da legislação educacional vigente.

XXX- Promover ações formativas para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a contribuir para formação continuada de docente.

Do Art. 3º, que trata das atribuições dos Técnico Administrativos em Educação, destacamos os itens indicados abaixo que especificam o Planejamento de Ensino:

III- Acompanhar e Orientar os docentes no planejamento, na execução e na avaliação do processo ensino aprendizagem.

IV- Promover ações formativas para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a contribuir para formação continuada de docente, visando a melhoria da qualidade de ensino aprendizagem.

V- Coordenar e incentivar a prática de estudos que contribuam para apropriação de conhecimentos dos docentes, favorecendo a construção coletiva e contínua da prática pedagógica.

IX- Orientar a aplicação da Legislação Educacional vigente.

XXVIII- Orientar os docentes quanto ao processo ensino-aprendizagem, em conjunto com os coordenadores de curso/área e os demais profissionais da Equipe Pedagógica.

Respaldados por estas atribuições, nesta ação de fortalecimento da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio recomendamos a execução das seguintes ações:

- Nas Semanas Pedagógicas, desenvolvimento de estudos sobre os princípios e objetivos da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e sobre a legislação da Educação Profissional;
- Promoção de estudos, por curso, das metodologias ativas que melhor se adequam ao perfil do curso e do corpo docente;

- Desenvolvimento de estudos diagnósticos do corpo discente ao início dos períodos letivos, visando subsidiar o corpo docente no planejamento das ações pedagógicas e de avaliação formativa;
- Realização de Oficinas para a organização de atividades integradas;
- Planejamento interdisciplinar dos conteúdos.

A PROEN apresentará, ao início do ano, o planejamento das ênfases formativas para cada ano no IFPA; e os campi ficam livres para, mediante a presente orientação, constituírem o seu planejamento de ações de fortalecimento da Integração no âmbito dos cursos Técnicos, fornecendo informações anuais ao Departamento de Educação Básica e Profissional/PROEN das ações realizadas e dos resultados obtidos a cada ano.

Apesar de não conter, nessas orientações, um direcionamento datado para alterações curriculares, a PROEN entende que, na medida da vivência e dos amadurecimentos de novas práticas de integração, os NDEs podem estabelecer processos de atualização curricular, levando seus Cursos e Planos de Curso a melhor tradução de currículos integrados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, E. F. & MOURA, D. G. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica**. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento base PROEJA. Ensino Fundamental. Brasília: MEC, agosto 2007.

CONRADO, B., QUADROS, S.C. **O tema gerador freireano e a construção do conhecimento pelos professores da EJA em Caxias do Sul**. In: X ANPED Sul, 2014, Florianópolis, p. 1-14. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/321-0.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2017.

DIESEL, A.; SANTOS BALDEZ, A. L.; NEUMANN MARTINS, S. Os **princípios das metodologias ativas de ensino**: uma abordagem teórica. Revista Thema, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 268-288, fev. 2017. ISSN 2177-2894. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295>>. Acesso em: 05 nov. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>.

OLIVEIRA, E. C. de. **EJA e educação profissional**: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA. Brasília: Líber Livro, 2012.

PAIVA, M. R. F.; PARENTE, J. R. F.; BRANDÃO, I. R.; QUEIROZ, A. H. B. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem**: revisão integrativa. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. – 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

SOBRINHO, S. C.; **Diretrizes Institucionais e a Perspectiva da Integração Curricular no IF Farroupilha**. In: ARAUJO, A. C. SILVA, C. N. N. (orgs.). Ensino Médio Integrado no Brasil: Fundamentos, Práticas e Desafios. Brasília: IFB Editora, 2017, p106-140.

SOUZA, M. B. de. **Manual de Convênios**. São Paulo. Universidade Estadual Paulista, Assessoria de Relações Externas, 2012.

ZITKOSKI, J.J.; LEMES, R. K. **O tema gerador segundo Freire**: base para a interdisciplinaridade. P. 1-10. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/zitkoski_lemes.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2017.